

ÉTICA E TÉCNICA NA RELAÇÃO ENTRE A PSICOLOGIA E A PERGUNTA SOBRE O CONHECER



Etiane Araldi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Brasil

Rafael Diehl

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Brasil

Cleci Maraschin

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Brasil



Resumo

Neste artigo tomamos uma afirmação recorrente no campo da psicologia, a saber, a de que o trabalho do psicólogo é necessariamente ético e não técnico. Para compreender a emergência de tal assertiva buscamos percorrer algumas questões sobre o surgimento da psicologia em sua relação paradoxal com as perguntas sobre o conhecer e o conhecimento. A contribuição de uma perspectiva das redes é discutida no sentido de não localizar a ética e a técnica em pares dicotômicos, mas considerar a participação de não humanos na configuração dos conhecimentos e da ciência. Por fim, defende-se o diálogo com algumas abordagens sistêmicas da cognição como forma de recolocar o problema da técnica para a psicologia como disciplina moderna, apontando para uma abordagem da ética como ação encarnada em contraponto ao representacionismo do paradigma cognitivista.

Palavras-chave: Psicologia. Técnica. Ética.

Introdução

Poucos problemas se colocaram de forma tão contundente para a psicologia quanto o do conhecer e a do conhecimento. Seja na forma da pergunta sobre como um sujeito conhece, seja no nível das considerações epistemológicas que impregnam o surgimento e o desenvolvimento de um saber sobre o psicológico, a relação psicologia e conhecimento não cessa de sofrer mutações e gerar as mais variadas controvérsias científicas e culturais.

Neste artigo, relacionaremos a constituição da psicologia com o problema do conhecimento fazendo uma passagem pelo campo das ciências cognitivas, onde a polarização natureza e cultura pode ser visualizada tanto no problema mente e corpo como no modo de constituição das ciências humanas na modernidade. As ciências cognitivas possuem relevância para o campo da psicologia justamente por colocarem no centro do problema não apenas o modo como conhecemos, mas principalmente a participação de não humanos na cognição. Esse movimento vem produzindo um deslocamento da velha pergunta: “o psicológico pode ser melhor explicado a partir das ferramentas das ciências humanas ou naturais?” para formulá-la em termos de uma associação que envolve humanos e não humanos.

Tais reformulações do problema do conhecer e do conhecimento convocam à análise de uma afirmação que tem se tornado recorrente no campo da psicologia desde sua inserção mais ativa no campo social, a saber, a de que o trabalho do psicólogo seria, prioritariamente, mais ético do que técnico. O fato de a psicologia ter saído dos consultórios e se inserido nas diversas esferas das políticas públicas, com a conseqüente necessidade de se aproximar da realidade de desigualdade social do país (ANDRADE & MORATO, 2004), torna mais enfática a tensão entre a especialização da psicologia como área de saber técnico e os desafios políticos que a profissão encontra ao ocupar espaços antes externos ao campo de atuação profissional. É nesse contexto que a ética da profissão toma a dianteira na definição da especificidade de um trabalho que procura se basear em princípios não apenas científicos, mas capazes de se relacionarem politicamente à complexidade que se apresenta, o que justificaria encontrarmos a definição de ética como reconhecimento de alteridades (COELHO JÚNIOR, 2007). Por isso, aceita-se a hipótese de uma espécie de virada histórica da psicologia, no sentido de redirecionar seus esforços não mais em busca de parâmetros “técnicos” e de cientificidade que lhe permitiriam ascender ao lugar de verdadeira ciência – exigência que teve que cumprir em sua institucionalização no século XIX – mas sim em direção a um maior comprometimento social da profissão.

Neste artigo, buscaremos recolocar esses discursos que contrapõem ética e técnica na psicologia a partir de uma perspectiva metodológica das redes, tal como proposta por Bruno Latour em suas conceituações acerca das dicotomias produzidas pelo conhecimento moderno entre natureza e cultura. Além disso, recorrendo-se a um

procedimento genealógico, serão analisadas tais marcas da modernidade na constituição do conhecimento *psi*.

Tal localização da psicologia em relação às dicotomias da questão do conhecimento tem o objetivo de demonstrar que um campo do saber pode ser considerado não apenas como inventado, mas também aberto à invenção. Essa abordagem se inspira no trabalho de Kastrup (1999) no campo da cognição inventiva. A autora propõe considerar o tempo no estudo da cognição como estratégia para lidar com um histórico de estudos sobre os invariantes da cognição e da abordagem da criação apenas pelo viés da criatividade, que mantém, ainda, uma referência à solução de problemas mais do que à criação de novos (KASTRUP, 1999). Nessa direção, estamos considerando a psicologia em relação com o tempo em, ao menos, dois vetores: de um lado como um processo de invenção cuja direção também está se inventando a cada momento e, de outro, como a psicologia que foi sendo inventada até aqui. Em outras palavras, admitimos múltiplas possibilidades de invenção dessa disciplina no presente, sempre constringidas de alguma forma pela psicologia que já se construiu, ou seja, a psicologia enquanto invento.

A psicologia entre a ética e a técnica

Para Canguilhem (1973), a psicologia teria surgido como um “empreendimento de desculpa do espírito” frente às descobertas da física do século XVII. Diante da constatação de que o mundo não é necessariamente como aparenta ser – como no caso da “impressão equivocada” de que é o Sol que gira em torno da Terra – cria-se a necessidade de uma teoria do conhecimento que pudesse explicar os erros ou ilusões inerentes ao processo de conhecer.

Seguindo uma via semelhante, Ferreira (2007) irá relacionar a própria constituição de um plano de subjetividade (condição de possibilidade para o surgimento da psicologia) com o problema do conhecimento na modernidade. Segundo o autor:

se a experiência de constituição de uma interioridade na Antiguidade cristã visava distinguir a presença do bem e do mal em nós, a partir do século XVII o exame da interioridade tem como meta o acesso à verdade e a fuga das ilusões (FERREIRA, 2007, p.19).

Nesse contexto de perguntas sobre o que é o conhecimento, a verdade e a ilusão, instituem-se duas posições epistemológicas, uma *racionalista* e outra *empirista*. Essas formulações acerca do conhecer e do conhecimento, bem como a reformulação kantiana na forma da divisão entre *sujeito empírico* e *sujeito transcendental*, exercerão até os dias atuais profundas influências sobre o modo como são colocados os problemas em psicologia, tanto em nível teórico e conceitual, quanto em suas práticas (FERREIRA, 2007).

Vidal (2007), que defenderá a existência da psicologia como disciplina ainda no século XVIII - e não no século XIX, como comumente se aceita -, aponta o conhecimento empírico da mente humana como uma das principais preocupações desse século, ao ponto de ele ter sido denominado por alguns historiadores de “século da psicologia”. Tal relevância decorreria não do sentido de que a psicologia pudesse explicar a lógica ou a epistemologia, mas sim no sentido de “investigar a própria faculdade lógica e epistêmica” (HATFIELD apud VIDAL, 2007, p.54).

Nessas primeiras incursões com pretensões científicas ao estudo daquilo que hoje chamaríamos “cognição” humana, seguindo uma via empirista, buscava-se identificar a noção de intelecto à de mente, no sentido de uma faculdade natural e ligada de alguma forma ao corpo. No entanto, essa perspectiva convivia e, muitas vezes, se confundia com conceituações acerca da alma como uma substância imaterial dissociada do corpo, em concordância com modos de pensar racionalistas. Uma expressão da época que ilustra bem esse processo é a ideia, atribuída a Locke, de se alcançar uma “física experimental da alma” (LOCKE apud VIDAL, 2007, p. 55).

Para melhor compreender as questões que estão em jogo nesse momento histórico, é preciso retomar, pelo menos em linhas gerais, o debate racionalismo *versus* empirismo. Seu principal ponto de partida é a cisão, efetuada por Descartes, entre alma e corpo:

Para Descartes, no interior do espírito é possível estabelecer uma distinção entre uma razão de origem divina enquanto cerne de toda inteligibilidade e consciência, onde o eu faz a sua morada, e uma região fronteira desse espírito, situada na interseção com o corpo: as paixões. (FERREIRA, 2007, p.20)

Como já mencionado anteriormente, a grande preocupação da época era distinguir a verdade do erro, o que pode ter motivado a pergunta pelo conhecimento atrelada a diversos acontecimentos políticos e sociais como, por exemplo, as incertezas

advindas do declínio do modo de vida feudal no século XVI (FERREIRA, 2007). A solução, dita racionalista de Descartes, será, num primeiro momento, atribuir um lugar de verdade ao espírito/sujeito – identificado com a referida “razão” de ordem divina e imaterial, onde se situa a fonte do conhecimento. E, depois, atribuirá aos sentidos e às paixões (essa zona em interseção com o corpo) a fonte de nossas ilusões e equívocos.

Opondo-se a essa solução – embora ainda identificados com aquilo que Ferreira (2007) chamou de “transparência no conhecimento do espírito” (p.20), no sentido de que ele (o espírito) pode ser conhecido – encontramos o movimento empirista representado pelos filósofos Locke, Berkeley e Hume. Para os empiristas, todo saber seria proveniente dos nossos sentidos, mesmo os mais complexos, e, por isso, é neles, e não na razão, que encontraríamos a chave para a verdade.

É assim que, quando seguia uma via empirista, a psicologia do século XVIII se preocupava com a relação alma e corpo e se associava à física. Já no domínio de propósitos racionalistas, perguntava-se pela natureza e essência da alma, identificando-se à metafísica (VIDAL, 2007).

A tônica desse problema do conhecimento só irá mudar a partir das reformulações de Kant, no final do século XVIII, que criticará tanto a posição racionalista quanto a empirista e operará, no interior do espírito, uma nova cisão: dessa vez entre sujeito transcendental e sujeito empírico. Ferreira (2007), a propósito da teoria do conhecimento de Kant:

Separados e colocados isoladamente, a razão pura e o puro sensível apenas nos equivocariam: a primeira nos conduziria às conclusões mais disparatadas (como faz a metafísica) e o segundo não produziria sem a razão nenhum conhecimento. Dentro desse quadro, nosso espírito passa a ser visto como composto por um sujeito transcendental (condição *a priori* do nosso conhecimento dos objetos, mas ao mesmo tempo incognoscível e opaco em si) e um sujeito empírico (cognoscível e composto pelas experiências que temos de nós mesmos). (p.21)

Uma consequência importante desse esquema kantiano será, então, que ele levará a uma forma de conhecer a subjetividade que separa a experiência de sua condição de possibilidade: o sujeito transcendental. Esse usualmente ocupará o lugar de elemento discreto de análise, situado além da experiência, mas, paradoxalmente, sendo aquilo que permite explicá-la de forma científica. Para Ferreira (2007), isso institui uma marca que perpassará as diferentes psicologias que se fundam a partir daí, que se traduz num “modo de relação entre o sujeito empírico (as nossas experiências conscientes) e

um sujeito transcendental (que é em geral assimilado a um conceito de uma ciência natural, como o de sensação fisiológica, equilíbrio físico e adaptação biológica)” (p.22).

Tal modo de relação que associa experiências subjetivas a conceitos provindos das ciências naturais marca sobremaneira ciências como a psicologia, principalmente em virtude de seu caráter híbrido, por ser “ciência e humana ao mesmo tempo” (FERREIRA, 2007, p. 35). Ela se funda enquanto científica graças às divisões que vimos abordando no campo do conhecimento que, por sua vez, produziram outras, como a distinção de um domínio humano e outro natural e, também, de saberes filosóficos e científicos (FERREIRA, 2007). No entanto, permanece *entre* cada um desses domínios e isso tem efeitos nas definições e na construção de saberes sobre o psicológico, que se transformam conforme mudam também as relações que se estabelecem no interior de cada um deles.

Na tentativa de ser aceita como ciência no século XIX – no qual a passagem por modos de pensar racionalistas e empiristas se atualizava em termos kantianos – a psicologia buscará elementos básicos de investigação nos conceitos e métodos das ciências naturais:

Poderíamos ver os conceitos de energia e equilíbrio, fundamentais na termodinâmica, serem transformados na noção de boa forma no gestaltismo e no princípio do prazer na psicanálise. O primeiro conduz esses conceitos termodinâmicos a uma visão fundamentante do homem enquanto um ser ativo e passível de compreensão imediata dos fenômenos mundanos. O segundo, a uma concepção desejanse do homem embasada nos circuitos energéticos do aparelho psíquico. (Ferreira, 2007, p.38)

Atribuir funções transcendentais a conceitos das ciências naturais será uma das saídas para o problema de tomar o homem como sujeito e como objeto do conhecimento. Para Foucault (2007), é justamente a emergência dessa posição do homem que inaugura as ciências humanas, nas quais será possível uma analítica da finitude, pois as tentativas de totalização do conhecimento sobre o homem esbarram no seu caráter transitório e finito. Dessa forma, a saída será tomar toda positividade, enquanto experiência objetivável, como fundamento, no sentido de que aquilo que vem da experiência humana servirá, ao mesmo tempo, de fundamento de toda experiência. Assim, a finitude do homem aparece numa tríade de duplos (empírico/transcendental, cogito/impensado, recuo/retorno da origem) que reverberam infinitamente na busca de

um ponto de sustentação, como no caso do empírico/transcendental que persiste nas explicações sobre o conhecimento, ou seja, a experiência empírica serve de fundamento para os *a priori* da cognição que, por sua vez, permitiriam a experiência empírica (DREYFUS & RABINOW, 2010).

A tensão entre uma possível unidade da psicologia e sua constituição múltipla pode ser melhor explorada a partir da definição de modernidade para Latour (1994). Segundo esse autor, a modernidade se constitui em um projeto que busca manter em polos separados aquilo que se refere à natureza daquilo que seria cultural. Assim, o que se refere à natureza seria passível de conhecimento por meio da ciência, enquanto o cultural seria suscetível aos impasses políticos de cada sociedade. Essa separação engendrou um conjunto de dicotomias e pares de opostos, em geral separando fato e artifício, razão e política, e deixando de fora das ações os não humanos. Tais separações seriam o resultado de um “projeto de purificação crítica” que coincide com o projeto oficial da modernidade. Kastrup, sobre essa ideia de Latour, esclarece que:

O trabalho da crítica é estabelecer uma separação entre supostas formas puras – o sujeito cognoscente e o objeto que se dá a conhecer, o homem e as coisas, incluindo-se ainda o fato de que Deus encontra-se aí suprimido, o que marca uma diferença radical em relação às concepções anteriores do conhecimento. (KASTRUP, 1999, p.38)

Ora, não é esse trabalho que vimos acontecer nas formulações de racionalistas, empiristas e mesmo em Kant com sua cisão sujeito empírico e sujeito transcendental? Seguindo Latour (1994), diremos que as divisões que operam nessas teorias do conhecimento são características da modernidade. No entanto, e é aí que aparece a dimensão inventiva nas considerações de Bruno Latour: ao invés de considerar essas dicotomias como correspondentes a regiões de fato distintas, o autor afirmará que elas são resultados do intento de purificação crítica. Portanto, não preexistem à modernidade, mas são produzidas por ela. E, uma vez produzidas, também são produtoras dessa modernidade em seu projeto oficial.

Por que a especificação de um projeto oficial? Porque, segundo Latour (1994), ao mesmo tempo em que a modernidade produz “oficialmente” a separação natureza e cultura, ela também não cessa de produzir híbridos, seres que misturam natureza e cultura, ciência e política, fato e artefato. Um exemplo seria a própria psicologia enquanto disciplina, que não encontra um lugar exclusivo nem entre as ciências

humanas, nem nas naturais, conforme as considerações que expusemos de Ferreira (2007). Esses híbridos ficam no lugar de impensáveis pelos conhecimentos e teorias do conhecimento de que dispomos, ancorados todos nas distinções caracteristicamente purificadoras.

Indo mais além, Latour (1994) dirá que ambas as práticas, as de purificação e as de hibridação, constituem a modernidade porque uma não existe sem a outra, uma produz a outra, paradoxalmente. Esse ponto merece uma citação mais extensa do autor, porque ela elucidada, além desse jogo entre a purificação e a proliferação de híbridos, a possibilidade de reconsiderarmos a história quando tomamos um problema de forma inventiva:

Enquanto considerarmos separadamente estas práticas, seremos realmente modernos, ou seja, estaremos aderindo sinceramente ao projeto da purificação crítica, ainda que este se desenvolva somente através da proliferação dos híbridos. A partir do momento em que desviamos nossa atenção simultaneamente para o trabalho de purificação e o de hibridação, deixamos instantaneamente de ser modernos, nosso futuro começa a mudar. Ao mesmo tempo, deixamos de ter sido modernos, no pretérito, pois tomamos consciência, retrospectivamente, de que os dois conjuntos de práticas estiveram operando desde sempre no período histórico que se encerra. Nosso passado começa a mudar. (LATOUR, 1994, p.16)

Diante disso, ao invés de tentar estabelecer em quais polos se localizam a técnica e a ética na prática de psicólogos, seguiremos uma perspectiva das “redes” a exemplo de Latour (1994). O autor usa esse termo para designar pesquisadores que, como ele, engajam-se em empreendimentos científicos dificilmente classificáveis em uma lógica disciplinar. As redes “não são nem objetivas, nem sociais, nem efeitos de discurso, sendo ao mesmo tempo reais, coletivas, e discursivas” (LATOUR, 1994, p.12). No caso de nossa experiência profissional e acadêmica, fazemos parte de um projeto de pesquisa e extensão no qual psicólogos, engenheiros, educadores, trabalhadores da saúde mental realizam oficinas de tecnologias digitais em espaços vinculados a serviços de saúde mental, comunidades e instituições públicas¹. Fazemos isso com o intuito de pesquisar cognição, tecnologias e saúde, utilizando referenciais da psicologia social e da cognição.

Psicologia social e cognição? Computadores e saúde? Um bom moderno, motivado pela clássica oposição natureza e cultura, seria tentado a classificar nosso trabalho em um âmbito ou outro. Desde a nossa perspectiva, parece impossível falar de

cognição sem falar de psicologia social, saúde, educação, tecnologias digitais e outros elementos que possam fazer parte desse agregado. Provavelmente em decorrência dessa experiência, passamos a prestar atenção à frequência com a qual ouvimos psicólogos – alguns, paradoxalmente, identificados com a perspectiva das “redes” – afirmando algo semelhante ao que encontramos no texto de Gondar (1999): “o lugar do psicólogo é necessariamente ético, e não técnico” (p.32). O objetivo aqui não é referir-se às considerações da autora, mas sim trazer essa frase como um exemplo de afirmações proferidas nos mais diferentes âmbitos em que se reúnem psicólogos, que opõem ética e técnica. O que isso poderia significar? Por que a necessidade de a psicologia contemporânea afirmar com tanta recorrência essa distinção?

Podemos tomar a presença dos pontos de interrogação das questões acima, consideradas retóricas quando utilizadas em um texto científico, como exemplo da constituição de dicotomias onde a questão da ética e da técnica na psicologia pode ser situada. Comumente, os discursos que instituem esses dois domínios como polos separados parecem referir-se à distinção entre, de um lado, uma razão que permitiria o reconhecimento do verdadeiro, associada à ciência e utilizada como justificativa para que um texto científico supostamente não possua recursos retóricos e, de outro, um campo retórico ou discursivo que estaria associado ao político e aos embates coercitivos da vida em sociedade. Quando colocado desse modo, o problema da relação entre ética e técnica na psicologia parece estar baseado numa separação entre o que seria natural daquilo que envolveria o poder de convencimento característico da cena política. Latour (2001) associa tal separação às posturas de Sócrates e Cálicles no diálogo do Górgias, no qual ambas as posições, razão *versus* retórica, excluem a participação do terceiro estado, ou seja, todos aqueles que estão de fora do embate sobre decisões que envolvem verdade e convencimento, sejam eles escravos, mulheres e crianças, no contexto do diálogo grego, sejam os não cidadãos do presente que não participam das esferas decisórias entre o econômico e o político. O diálogo gira em torno de um confronto entre conhecimento (Sócrates) e poder (Cálicles) e tem no exemplo de uma visita médica a um paciente um de seus momentos mais próximos ao tema que abordamos neste texto. Cálicles argumenta que pouco adianta o conhecimento do médico que chega à casa de seu paciente se ele não é capaz de conversar e convencer o paciente de que ele precisa de ajuda (LATOUR, 2001). Essa passagem condensa bem

uma oposição que persistirá por séculos mantendo em polos separados a ciência e a política.

Dessa maneira, a necessidade de haver um enfoque em um dos polos da dicotomia ética e técnica se coaduna bem com outra distinção própria do projeto oficial da modernidade, ou seja, a separação ciência e sociedade. Nessa separação, o esforço concentra-se em utilizar dois tipos de transcendência para lidar com o problema do povo ou o terceiro estado, como tratamos antes: de um lado, a razão como verdade estabelecida e, de outro, o poder de convencimento da retórica como simples manipulação discursiva. Como no diálogo do Górgias, ambas as posições desconsideram o processo de traduções, negociações e mesclas que tanto a prática científica como também uma política não reduzida a um mero exercício retórico possuem. Contudo, acreditamos que a história da psicologia, recortada aqui em relação ao problema do conhecimento, abre vias para se pensar também de outro modo essa questão.

Retomemos as considerações acerca da alternância de modos de pensar “naturais” e “transcendentais” na formulação dos primeiros problemas em psicologia. Alternância e, por vezes, mescla de teorias provenientes, por exemplo, da física com visões fundamentantes de homem. Esse é o caso da teoria behaviorista, que transpõe o conceito de adaptação do nível da sobrevivência de uma espécie na natureza, para o de uma melhor experiência do indivíduo no meio social, expressa na noção de ajustamento (FERREIRA, 2007). O caráter técnico da produção de conhecimento no campo da observação do comportamento animal é transposto diretamente para o contexto humano e serviria aí de justificativa ética para ações, mas os limites entre a ética e a técnica ainda se mostram frágeis se abandonamos o intuito de separar e purificar polos para, ao contrário, buscar a trama de redes que envolvem humanos e não humanos.

O caráter híbrido da prática do psicólogo coloca em xeque essas separações e nos obriga a abordar o problema da ética e da técnica na prática profissional tomando como referência não os polos pré-determinados nos quais as teorias do conhecimento e também o projeto moderno basearam-se para explicar a realidade, mas os processos que permitem a multiplicidade dentro do campo e uma possível direção para a ética como ação encarnada e, logo, também técnica. Como bem apontou Latour (1994), enquanto mantém-se o trabalho de purificação, paradoxalmente, mais se produz hibridação.

O ideal de purificação moderno buscava definir a prática científica como uma atividade que dizia respeito apenas às coisas, deixando os humanos, com seus problemas políticos, do lado de fora do laboratório. Ao mesmo tempo, a crítica a esse positivismo da ciência tradicional também foi purificadora ao colocar as determinações apenas do lado das forças políticas do social, não deixando espaço para o meio onde as práticas, sempre híbridas, constroem associações de homens e coisas. Antes de tentar sustentar que uma prática é fundamentalmente ética ao invés de técnica, precisamos atentar ao modo como a constituição do psicológico se faz no interstício entre essas questões. Dessa maneira, torna-se mais importante distinguir as particularidades técnicas da produção dos modelos psicológicos de uma simples aplicação tecnicista do que isolar a técnica como identificada a uma prática rígida e não política.

Além disso, após tanto confrontarem-se “naturais” e “transcendentais”, técnicas e éticas, surge na história das ideias um movimento que sustentará a controversa afirmação de que nossa mente (tradicionalmente vista como o objeto da psicologia) é uma máquina, ensejando uma nova teoria do conhecimento, bastante aceita na contemporaneidade, calcada nos conceitos de informação e de representação, o cognitivismo. Escolhemos seguir neste artigo a questão sobre o conhecer e o conhecimento porque ela evidencia a passagem de uma tentativa de purificação de polos numa noção representacionista da cognição às abordagens sistêmicas que colocam o corpo no centro dessa problemática e permitem pensar uma multiplicidade de interfaces.

As origens das ciências cognitivas e o debate natureza-humanidades-tecnologias

O movimento a que nos referimos pode ser denominado ciências cognitivas, cuja vertente mais conhecida, o cognitivismo, postula que conhecer é processar informações. Essas informações operariam como em uma computação, via *input* e *output*, tendo como suporte o cérebro, no qual as representações são possíveis como correlatos internos de um mundo concebido positivamente como exterior.

Segundo Dupuy (1996), as “origens” das ciências cognitivas podem ser remetidas a um empreendimento científico que surge na década de 1940, reunindo um grupo de pesquisadores de diferentes áreas em torno do problema da mente, então chamado “cibernética”. A novidade é que, entre os profissionais mais influentes nesse processo, encontramos engenheiros, matemáticos e físicos que tentavam compor, com

profissões tradicionalmente ocupadas com o fenômeno (psicólogos, filósofos, neurologistas, psicanalistas), um modelo do funcionamento da mente.

Um dos intentos dos cibernéticos era o de equiparar organismos e máquinas, na assertiva de que nosso cérebro (identificado como a parte “material” da mente) funciona como uma máquina de calcular. O que esses cientistas estavam se propondo era oferecer uma resposta ao problema da relação mente e corpo. O interessante é que, como esse problema estava na base das antigas formulações sobre o conhecimento, suas novas soluções implicariam novos modos de conceber o conhecer, com a marcante diferença de estarem aqui mais influenciados por ciências naturais e exatas do que pela filosofia. Assim, essas discussões interdisciplinares acaloradas em torno do problema da mente contribuíram para legitimar a associação, hoje tão natural para nós, de que o cérebro é o correspondente material de nossa capacidade de conhecerⁱⁱ. E, como seu funcionamento pode ser equiparado ao de uma máquina que processa símbolos e regras, a cognição veio a ser concebida como uma capacidade lógica relacionada com processos mentais “superiores”, como a memória, a inteligência e a linguagem.

Contudo, Dupuy (1996) esclarece que a questão dos cibernéticos não se resumia a uma analogia entre organismos e máquinas, ao contrário, explicitava um jogo complexo entre, pelo menos, três atores: o organismo em sua estrutura (o cérebro), o organismo em sua função (a mente) e a máquina (enquanto “máquina lógica” e “máquina artificial, material”). O primeiro movimento da cibernética foi a assimilação do funcionamento da mente ao de uma máquina lógica. Em seguida, essa máquina lógica foi “encontrada” no cérebro, material-biológico. E é apenas depois desses dois movimentos que a cibernética assimila essa máquina lógica a uma máquina artificial, material, o computador.

Não é objetivo deste artigo detalhar o que foi o movimento cibernético em sua complexidade. Dele, apenas enfatizaremos essa união inusitada entre mente, entendida como a função lógica humana, e matérias artificial (máquina) e natural/biológica (cérebro). Acreditamos que a introdução de modelos tecnológicos na discussão, que já era polêmica, sobre o estatuto natural ou humano daquilo que seria um dos objetos privilegiados da psicologia (a mente ou a alma), exerceu e segue tendo efeitos importantes na configuração do que seria seu domínio científico.

Com as ciências cognitivas, o psicológico se define pela mente, tal como já havia acontecido no século XIX. Mas agora a mente perde de vez seu aspecto transcendental, no intuito cibernético de “mecanizar o humano” e até de recusa ao mentalismo (DUPUY, 1996). Sim, por mais que a cibernética e um de seus efeitos, as ciências cognitivas, venham justamente trazer de volta o debate em torno da mente, desprezado pela dominância do modelo behaviorista até a metade do século XX, trata-se agora de uma mente concreta, cerebral, quase máquina.

Para a psicologia enquanto ciência, o principal impacto das ideias cibernéticas foi percebido na constituição da psicologia cognitiva e da base sistêmica que configura muitas teorias psicológicas. No âmbito da psicologia cognitiva, Kastrup (1999) observa que ela se mantém no domínio do projeto científico da modernidade, ao procurar os invariantes da cognição e constituindo-se na intersecção com a física, inteligência artificial e neurociências. Isso pode ser atribuído às marcas que as origens do movimento cibernético lhe imprimiram, o qual, segundo Dupuy (1996), não foi, como muitos pensam, um redirecionamento das ciências exatas em direção ao humano. Ao contrário, o propósito era abarcar também o domínio humano no âmbito dos métodos da física e outras ciências exatas – sem a intenção de transformá-los para adequar-se a esse objeto tão diferente. Daí a expressão do autor sobre o propósito cibernético de “mecanizar o humano”.

Embora comportando sérias limitações, a recolocação do problema da mente em termos de natureza e artifício tem suscitado debates que transcendem o cognitivismo e que podem ter implicações interessantes para a psicologia. Dentre eles, gostaríamos de destacar a teoria da enação de Francisco Varela, que, a nosso ver, pode contribuir na redefinição da relação ética e técnica, bem como ciência e experiência, outra grande questão para os psicólogos.

Francisco Varela e a ética como ação incorporada

A teoria da enação, de Francisco Varela, coloca-se como um contraponto ao cognitivismo computacional, ao defender o predomínio da ação sobre a representação na explicação da cognição. Além disso, suas discussões inserem-se no debate filosófico e epistemológico sobre a relação dicotômica entre ciência e experiência estabelecida na modernidade ocidental, pretendendo oferecer alternativas também metodológicas para

que uma “ciência da experiência” seja possível. Nesse ponto, vemos em sua obra uma contribuição importante para a psicologia, dada a tão comentada contradição que permeia o trabalho do psicólogo: “nunca está seguro de fazer ciência. E quando a faz, nunca está seguro de fazer psicologia” (GRÉCO apud FERREIRA, 2007, p.22).

Segundo Varela, Thompson e Rosch (2003), o problema da teoria cognitivista clássica – conhecida como cognitivismo representacional ou computacional, ainda hoje a teoria da cognição dominante – estaria na distinção entre um sujeito que conhece e um mundo que se dá a conhecer. Ao tomar essa suposição como ponto de partida, a tarefa é decifrar como sujeito e mundo se comunicam, ou seja, como o sujeito percebe o mundo, e como nele age. Assim, surge a ideia de que o mundo é dotado de “informações” que são “representadas” pela cognição, encarnada no cérebro, a partir do mecanismo de *input* (entrada da informação), processamento (através da decodificação da informação em símbolos, segundo regras lógicas), *output* (saída). A diferença desse modelo para o de estímulo-resposta é a concepção de que o processo se retroalimenta, por meio do mecanismo de *feedback*.

De fato, é comum sentirmos que ao pensar estamos fazendo representações do mundo e de nossas próprias experiências internas. No entanto, na maior parte de nossas vidas, simplesmente vivemos, e não nos parece de forma alguma que estejamos “processando informações”. Para o cognitivismo, esse seria um mecanismo não consciente, mas o grande responsável por nossas percepções, pensamentos, ações. Ocuparia, portanto, o lugar de sujeito transcendental em relação a nossas experiências conscientes (sujeito empírico).

E se o problema estiver mal formulado? E se, ao contrário, não pudéssemos supor um mundo e um sujeito prévios? E se os sujeitos inventassem a si mesmos e ao mundo em sua própria história de experiências de acoplamento estrutural com o meioⁱⁱⁱ? Essa é a hipótese de Francisco Varela, segundo a qual conhecemos com nosso corpo inteiro – e não apenas com nosso cérebro, através de nossas ações e da história de nossas ações, sendo as representações *efeito* dessas perturbações que sofremos em relação às perturbações do meio, mais do que mecanismo explicativo e causal de nossos conhecimentos (VARELA, THOMPSON & ROSCH, 2003).

A noção de perturbação, aqui, é chave para compreendermos a diferença da teoria da enação em relação ao cognitivismo computacional: o mundo não nos

“informa” nada, ele nos “perturba”, e nós, enquanto sistemas vivos que se autoproduzem (autopoiéticos), “criamos” (conhecemos) com base nessas perturbações. Isso se sustenta em outra consideração da obra de Francisco Varela, ainda quando trabalhava com Humberto Maturana em sua teoria dos sistemas vivos, segundo a qual os seres vivos se diferem das máquinas por terem como única finalidade a produção de si mesmos (MATURANA & VARELA, 2001).

A crítica epistemológica que acompanha a teoria da enação se dirige à idealização – que Varela atribui à cultura ocidental moderna – da abstração, da generalização, enfim, da função transcendental (no sentido de ir além das experiências comuns e cotidianas) que supomos como características dos “bons” e “verdadeiros” conhecimentos. É claro que a abstração, o raciocínio, a lógica são domínios de experiências importantes e que nos marcam enquanto seres humanos. No entanto, a maior parte das nossas vidas se dá num domínio imediato de ação: comemos, andamos, sentimos, falamos sem ser necessário um juízo racional prévio a cada um desses comportamentos (VARELA, 1996). Por isso, para o autor, os modos de conhecer que se dão por meio do raciocínio e da abstração produzem conhecimentos do tipo “saber o quê” (*know what*), enquanto em nossa experiência cotidiana domina a esfera do “saber como” (*know how*), ou seja, um conhecimento em ação, corpóreo, vivido e inseparável da história e do contexto que o compõem.

Coerente com essas colocações, Varela (1996) situará a ética como um domínio imediato de ação, no sentido de um “saber como”. Não mais um princípio além da experiência, uma espécie de guia, pensado e raciocinado, para a direção de nossas condutas, mas sim uma ação incorporada no decurso histórico de nossas experiências sensoriomotoras. Os chamados “princípios éticos” não seriam, para Varela (1996), mais que juízos morais e não levariam necessariamente a um comportamento ético. Esse último só se configuraria como resultado de inúmeras experiências de perturbação e invenção eu-mundo. É assim que a ética, em sua teoria, ganha um caráter “técnico”, se entendermos essa palavra também no sentido que ela comporta de uma certa concretude e operacionalidade.

Ontologia do presente, tecnologias e psicologia

O debate, suscitado pelo advento das ciências cognitivas, sobre a função das tecnologias em assuntos tradicionalmente “humanos”, como a mente e o conhecimento, sem dúvida é um dos condicionantes para que, no presente, acirrem-se dicotomias como aquela que situa a ética e a técnica como domínios excludentes de ação de um psicólogo. Como vimos, a intencionalidade do movimento ao qual Dupuy (1996) atribui sua origem (a cibernética) era, longe de “humanizar a máquina”, “mecanizar o humano”.

O risco de um possível “retorno” a uma lógica mecanicista na abordagem do psicológico assusta quem sustenta que esse lugar é fundamentalmente ético. De fato, a psicologia nunca se viu realmente livre do risco de fazer ciência e já não fazer psicologia. Mas há um risco maior em jogo aqui, que é situar a técnica num lugar transcendental, abstrato e, junto com ela, também a ética. Lembremos que, se concordarmos com Latour (1994), reforçar a ética enquanto princípio transcendental pode ter o efeito paradoxal de reforçar o uso da técnica nessa função transcendentalizante. E, uma vez em uma posição transcendental, não apenas negamos a técnica em sua manifestação de modelos que facilmente são transpostos entre disciplinas e práticas, mas também negamos conjuntamente um trabalho reflexivo sobre a técnica envolvida em cada fazer. Se tomarmos a técnica em sua dimensão de fazer localizado, que exige a existência de corpos e objetos em interação, a pergunta deixa de se dirigir ao ímpeto de purificação para focar as distinções necessárias para produzir conhecimento. Distinções como elemento básico de uma cognição que é sempre localizada e que pode circular por agregados sociotécnicos modificando sua configuração.

Embora tomemos a psicologia e as ciências cognitivas em sua história, é a partir do presente que colocamos essa questão, e de um presente marcado, paradoxalmente, pela tecnociência, de um lado, e pela crise da ciência, de outro. Pela exaltação da técnica e pelas preocupações éticas decorrentes de uma “natureza” que ameaça entrar em colapso. No âmbito propriamente *psi*, assistimos a uma multiplicidade de práticas de psicólogos criando a psicologia que conhecemos hoje e, nesse nível, talvez possamos nos dirigir ao modo como compartilhamos essas práticas, pois compartilhar exige que resolvamos problemas éticos e técnicos ao mesmo tempo. Se a cibernética pôde nos

ensinar alguma coisa foi, sem dúvida, que o humano, a ética, a política e a técnica podem estar mais imbricados do que estamos acostumados a pensar.

TECHNICAL AND ETHICS IN THE RELATIONSHIP BETWEEN PSYCHOLOGY AND THE KNOWLEDGE QUESTION

Abstract

This paper discusses a recurring proposition in the psychology field, namely that for its diversity, the work of the psychologist is necessarily more ethical than technical. In order to understand that proposition we go over to the emergence of psychology in its paradoxical relationship between knowing and knowledge. The network approach helps us to avoid dichotomizing ethical and technical dimensions by considering the participation of non-human in the knowledge and the science. The dialogue with cognitive science allows us to face the problem of the technique in psychology, pointing to an approach to ethics as embodied action in opposition to a cognitive-representative paradigm.

Keywords: Psychology. Technique. Ethic.

ÉTICA Y TÉCNICA EN LA RELACIÓN ENTRE PSICOLOGÍA Y LA PREGUNTA SOBRE EL CONOCER

Resumen

En este artículo partimos de una afirmación corriente en el campo de la psicología, a saber, que el lugar del psicólogo es necesariamente ético y no técnico, para repasar algunos puntos acerca de la aparición de la psicología y su relación paradójica con las preguntas sobre el saber y el conocimiento. Para una perspectiva de las redes, no se trata de ubicar ética y técnica en pares de dicotomías, pero considerar la participación de los no humanos en la configuración del conocimiento y de la ciencia. El diálogo con la ciencia cognitiva permite abordar el problema de la técnica en la psicología, como disciplina moderna, hacia un enfoque de la ética como una acción incorporada, en oposición a la representación en el paradigma cognitivista.

Palabras clave: Psicología. Técnica. Ética.

Referências

- ANDRADE, Â. N. de, & MORATO, H. T. P. Para uma dimensão ética da prática psicológica em instituições. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(2), 345-353. 2004. doi:10.1590/S1413-294X2004000200017
- CANGUILHEM, Georges. O que é a psicologia? *Tempo brasileiro* n.30-31, pp.104-123, 1973.
- COELHO JÚNIOR, Nelson Ernesto. Ética e técnica em psicologia: Narciso e o avesso do espelho. *Revista do Departamento de Psicologia. UFF*, 19(2), 487-493, 2007. doi:10.1590/S0104-80232007000200018
- DREYFUS, H. L. & RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- DUPUY, Jean-Pierre. *Nas origens das ciências cognitivas*. São Paulo: Unesp, 1996.
- FERREIRA, A. A. L. O surgimento múltiplo da psicologia. Em: JACÓ-VILELA, FERREIRA & PORTUGAL (org.). *História da Psicologia: Rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 9 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GONDAR, Josaida de Oliveira. Ética, moral e sujeito. Em: S. ALTOÉ (Org.). *Sujeito do Direito, Sujeito do Desejo*, p. 33-42. Rio de Janeiro: Revinter, 1999.
- KASTRUP, Virginia. *A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*. Campinas: Papirus, 1999.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: 34. ed., 1994.
- _____. *A esperança de pandora: Ensaio sobre a realidade dos estudos científicos*.
- MATURANA, H. R. & VARELA, F. J. *A árvore do conhecimento*. São Paulo: Palas Athena, 2001.
- VARELA, Francisco. *Quel savoir pour l'éthique?* Paris: La Découverte, 1996.
- VARELA, F., THOMPSON, E. & ROSCH, E. *A mente incorporada: ciências cognitivas e experiência humana*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- VIDAL, F. “A mais útil de todas as ciências”. Configurações da psicologia desde o Renascimento tardio até o fim do Iluminismo. Em: JACÓ-VILELA, FERREIRA &

PORTUGAL (org.). *História da Psicologia: Rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau, 2007.

ⁱ Estamos nos referindo a um conjunto de trabalhos (fazeres teórico-práticos) em andamento desde 2004 no interior do projeto de pesquisa e extensão *Oficinando em Rede*, que tem a articulação entre tecnologias e oficinas seu principal objeto de estudos e de intervenção.

ⁱⁱ É importante enfatizar que as contribuições teóricas da cibernética viriam apenas reforçar o cérebro como sede da mente, já que a origem dessa associação é muito antiga, podendo ser remontada ainda ao século II (conforme Canguilhem, 1973).

ⁱⁱⁱ Acoplamento estrutural é a condição de coengendramento entre indivíduo, como unidade viva, e seu meio (MATURANA & VARELA, 2001).

Data de recebimento: 06/01/2012

Data de aceite: 20/04/2013

Sobre os autores:

Etiane Araldi é psicóloga, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, bolsista Capes/PROF. Endereço Eletrônico: etianepsico@gmail.com.

Rafael Diehl é psicólogo, Mestre em Psicologia Social e Institucional e Doutor em Informática na Educação. Pós-doutorando no PPG Psicologia Social e Institucional UFRGS. Endereço Eletrônico: rafadiehlbr@gmail.com.

Cleci Maraschin é docente e orientadora dos PPGs em Psicologia Social e Institucional e Informática na Educação da UFRGS. Pesquisadora do CNPq. Endereço Eletrônico: cleci.maraschin@gmail.com.